



GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

**I
U**
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS


ANNA BLUME

O PATRIMÔNIO URBANÍSTICO E SEUS USOS SOCIAIS

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_6

LIA MOTTA

São várias as possibilidades de discussão sobre os usos sociais do patrimônio arquitetônico e urbanístico, tais como: a adaptação dos espaços para atender a novos usos, conforme vem sendo feito em centros históricos tombados com São Luiz do Maranhão, onde casarões são transformados em habitações sociais; a apropriação para o consumo, quando intervenções urbanísticas mais radicais se apropriam de fragmentos históricos da cidade e pretendem seu enobrecimento, como é o caso da intervenção do Governo Estadual da Bahia no Pelourinho, ou a intervenção da Prefeitura do Rio de Janeiro no “Porto Maravilha”; os usos econômicos que transformam os espaços para atendimento ao turismo, instalando restaurantes e lojas nas antigas habitações, como é o caso de Paraty no Rio de Janeiro ou de Tiradentes em Minas Gerais; e o uso que será abordado neste texto, como um valor para a construção de memórias sociais e identidades coletivas. Uso que, essencialmente e de fato, transforma bens em patrimônio cultural.

Nessa perspectiva pretende-se discutir a valoração dos bens como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, conforme determina a Constituição Federal de 1988. Concepção de patrimônio que será denominada aqui como referência cultural e traz novas possibilidades e desafios para a construção de valores de patrimônio e para a preservação. Os trabalhos com o patrimônio cultural considerando tal concepção, necessariamente, incluem diversos sujeitos, abrangendo os “saberes especializados” e “leigos”, e o diá-

logo entre eles⁵⁰, assim como a discussão, formulação e revisão de métodos de atribuição de valor e instrumentos de preservação.

Mais do que possibilidades e desafios, pode-se dizer que a concepção constitucional de patrimônio cultural traz a complexa necessidade de superação do que foi construído como sendo valor de patrimônio no Brasil, de modo hegemônico desde a década de 1930 até a década de 1960, quando intelectuais e o governo se uniram para a construção de uma identidade nacional, valorando as qualidades estético-estilísticas da arquitetura colonial ou de bens de caráter excepcional. Esse trabalho de afirmação e reafirmação de valor de patrimônio durante os primeiros 30 anos da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN) pode ser entendido como uma ação de força, que fez com que um determinado patrimônio fosse assimilado como natural por toda a “comunidade nacional imaginada” (ANDERSON, 1989, p. 14), resultando na formação de um *quadro social da memória* que se incorporou à *memória social* dos brasileiros, comprometendo as ações dos períodos subseqüentes baseadas em propostas diferentes, como é o caso da referência cultural.

Estudos como o de Márcia Chuva e de Silvana Rubino⁵¹ mostram que eram valorados, preservados e promovidos bens arquitetônicos de características coloniais e/ou excepcionais, alcançando aproximadamente 94% dos bens entre 1937 e 1967. Esses bens incluem centros históricos, conjuntos urbanos, igrejas, capelas, conventos, passos, oratórios públicos, casas nobres, solares, sobrados, prédios, chácaras, engenhos, palácios, palacetes, paços municipais, casas de câmara e cadeia, chafarizes, aquedutos, pontes, fortalezas e fortes. Situam-se principalmente em Minas Gerais, com 165 tombamentos até 1967. Em seguida vêm Rio de Janeiro com 140, Bahia com 131, Pernambuco com 56 e São Paulo com 41, ficando os demais 18 estados onde foram realizados tombamentos com quantidades inferiores a 17 tombamentos cada, somando 108 bens. Silvana Rubino registra ainda que entre os 689 tombamentos, 523 são comprovadamente de bens do século XVIII ou anterior, ou seja, 75,90% são de arquitetura ou sítios urbanos do período colonial⁵².

50. Ver SANTOS, 2005.

51. Ver RUBINO, 1996 e CHUVA, 1998.

52. É importante lembrar que, além de constar com maior número de tombamentos, Minas Gerais foi o estado onde foram selecionados centros históricos, tendo em seu interior não só um grande número de imóveis, como também monumentos civis e religiosos que não tiveram tombamento individual.

Eficazmente construída ao longo de 30 anos, a imagem da nação foi apropriada como ideia de patrimônio *lato sensu*, ficando esquecidos os motivos da origem e da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que esse patrimônio era um recorte feito sobre a produção brasileira em consonância com um projeto e um momento histórico específico, o que levou ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural — observando-se aspectos estilísticos e a excepcionalidade — em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural.



Tiradentes/MG. Foto Artur Arcuri, 1945



Ouro Preto/MG. Foto Pedro Lobo. 1985.

Constata-se a força desse trabalho no uso incipiente da ideia de referência cultural nas práticas com o patrimônio de natureza material, como os bens arquitetônicos e urbanísticos, embora tal ideia tenha sido adotada pelo IPHAN desde o final da década de 1970. Apenas na lida com o patrimônio de natureza imaterial que a referência cultural vem norteando os trabalhos de forma mais ampla, ficando associada a este tipo de bem, sendo: os *saberes, celebrações, modos de fazer e lugares*, todos definidos como tipos de bens no Decreto 3551, de 2000, relativo ao Registro de bens como Patrimônio Cultural Brasileiro de Natureza Imaterial. A categoria *lugar*, que pode ser aplicada aos bens imóveis e urbanísticos, considera para a valoração desses bens seu papel como suportes de práticas culturais coletivas.

Um ponto de vista importante, mas que, no entanto, tem como objetos da valoração as práticas coletivas e não os significados dos lugares a partir de sua materialidade, conforme se pretende no presente texto.

Diante disso, é importante contribuir para uma reflexão sobre os usos sociais dos bens materiais, tendo em vista as possibilidades de sua valoração como referência cultural, visando uma ação mais abrangente de preservação, em especial das cidades, onde mora hoje a maioria da população brasileira e onde os processos culturais se desenvolvem intensamente. Pode-se dizer que é importante contribuir para a construção de uma *memória social* relativa à noção de patrimônio definida na Constituição de 1988, para superar aquela construída pela ação inicial do IPHAN.

SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL

Considera-se aqui, como Maurice Halbwachs (1990), que a memória de cada homem é sempre coletiva e socialmente construída. O homem nunca está só e de alguma maneira participa da vida de um ou mais grupos sociais. Os pensamentos são sempre permeados por lembranças e imagens exteriores, podendo nunca terem sido vistas ou vividas, mas repassadas por familiares e pessoas do convívio coletivo. Desde a infância o homem é alimentado com informações que o antecederam e que ele utiliza para entender o mundo e integrar-se socialmente. São fontes de identificação que alimentam uma lembrança que situa o homem no grupo e na sociedade. A memória é, portanto, uma faculdade humana nutrida socialmente, muitas vezes de informações que antecederam o nascimento das pessoas.

Halbwachs estabelece uma divisão entre a *memória coletiva* e a *memória social*. A *memória coletiva* é mais restrita aos grupos, alimentando-se das referências relativas a estes, como as lembranças de família, das comunidades religiosas, das associações corporativas. Ela mantém vivas as tradições, os comportamentos, as crenças. A *memória social*, também chamada de *memória histórica*, é alimentada por construções intencionais que têm o objetivo de estabelecer uma lembrança comum entre grupos sociais que não necessariamente interajam diretamente, estabelecendo assim um elo entre eles. O autor se refere ao uso desta memória para a construção da nação, apoiando-se geralmente nos “acontecimentos mais importantes que

modificaram a vida de uma nação” (HALBWACHS, 1990, p. 78) para identificar cidadãos que, mesmo distantes, devem sentir-se membros dela.

A *memória social* é, portanto, mais abrangente que a *memória coletiva*; é compreendida como um pensamento autônomo, que transcende as classes e os grupos.

Segundo interpretação de Gerard Namer (1987), a *memória social* para Halbwachs é a *memória coletiva* que, com o tempo, privada do contexto do grupo, transforma-se em uma memória da sociedade. Refere-se, assim, àquela memória que perpassa vários grupos, períodos e espaços, reproduzindo-se fora dos contextos mais restritos nos quais é possível contar com a transmissão oral, costumes e tradições. Ela exige outras formas de perpetuação, tais como as instituições. Ainda segundo Halbwachs, tanto a *memória social* quanto a *coletiva* se sustentam nos *quadros sociais da memória*. Estes são quadros de referência que servem como provocação para trazer à lembrança temas ou assuntos relativos a uma coletividade. Trata-se de um “status” de patrimônio, incorporado à *memória social*, correspondente a uma imagem à qual outros valores de caráter histórico, cultural, afetivo e cognitivo dos objetos não tiveram força para se somar.

Mas, considerando isso, em que medida pode-se contribuir para a construção de um novo *quadro social da memória*? Como contribuir para a proteção, pelo poder público, de bens que representem a diversidade dos grupos formadores da sociedade brasileira?

São perguntas para as quais as respostas podem ser urgentes diante do interesse crescente no patrimônio cultural pelo mercado de consumo, diante do modelo globalizado que vem sendo implantado nas cidades, que pode enfraquecer o valor do patrimônio urbano como referência cultural, ou de alternativas de sobrevivências em ambientes de terceiro mundo, ao desconsiderar sítios que têm significado para populações pobres, que sobrevivem em assentamentos tradicionais de origem informal ou favelas⁵³.

53. A força de modelos globais de tratamento das cidades vem sendo preocupação de quem atua no campo do patrimônio cultural, especialmente diante de investimentos públicos que desconsideram processos de preservação em andamento, sujeitando as cidades aos prazos políticos e do modelo globalizado. Considera-se também a situação de risco de populações, com aquelas sujeitas à remoção de favelas diante do argumento da necessidade de viabilizar intervenções urbanas, conforme ocorreu durante a preparação da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e Olimpíadas em 2014 e 2016. O “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas”, de 2014, registrou a remoção de 20 mil famílias moradores

A CONCEPÇÃO DE REFERÊNCIA CULTURAL E SEU REDUZIDO USO NOS SÍTOS URBANOS

Em linhas gerais a ideia de referência cultural foi formulada com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, dirigido por Aloísio Magalhães, no âmbito do Ministério de Indústria e Comércio, a partir da proposta de se criar um sistema referencial para uma fisionomia própria do produto brasileiro. ⁵⁴Segundo Aloísio Magalhães, que era designer, “para se criar uma fisionomia própria de uma cultura é preciso antes conhecer a realidade dessa cultura em seus diversos momentos” (MAGALHÃES, 1997, p. 116). Ele entendia que o objeto de pesquisa desse trabalho era: “as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras”. Havia a preocupação com o seu desaparecimento, portanto, pretendiam “documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se”. (Idem, p. 117)

O CNRC, nesse primeiro período de seu funcionamento, de 1975 a 1979, desenvolveu pesquisas etnográficas que tinham como principal preocupação a valorização dos processos de produção com foco nos produtores, ou seja, nos grupos sociais que detinham o conhecimento dos modos de fazer.

Em 1979 a noção referência cultural passa a ser adotada no mundo do patrimônio, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN e o CNRC foi incorporado à instituição, passando a ser uma coordenação usando a mesma sigla - CNRC. Houve, então, a continuidade das pesquisas sobre a produção popular e a ideia de referência cultural permeou alguns trabalhos de preservação do patrimônio de natureza material como: a aproximação com as comunidades para as quais o patrimônio “consagrado” deveria fazer sentido; o desenvolvimento de pesquisas do CNRC que buscavam valorizar festas e manifestações culturais nas cidades tombadas, como a festa de

de áreas informais como as favelas, mesmo em casos onde havia situação de legalidade da propriedade, como na Vila Autódromo, onde a maioria das residências foi destruída.

54. Sob o comando de Aloísio Magalhães, contando com convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e do Governo do Distrito Federal e utilizando as dependências da Universidade Federal de Brasília, foi formado um grupo de trabalho para elaboração de projeto de identificação das referências culturais brasileiras. Já em 1976, diante do interesse nos trabalhos desenvolvidos, houve a adesão ao projeto de novas instituições com assinatura de Convênio, em 02 de agosto de 1976, que estabelece os objetivos e as condições para seu funcionamento e sua estruturação como uma entidade jurídica de direito privado. Em 1978 é assinado um termo aditivo e o CNPq e o Banco do Brasil aderem ao CNRC. Em 1979 o Centro foi integrado à estrutura do IPHAN.

Santa Bárbara em Goiás; trabalhos com manifestações culturais em antigos quilombos; tombamento de objetos “não consagrados” como Terreiro da Casa Branca ou “novos tipos de bens” como cidades de característica menos uniformes, como foi o caso de Laguna.⁵⁵

Aloísio Magalhães referia-se a uma “ambiência cultural” e ressaltava a importância da participação das comunidades nos processos de preservação. Era preciso atender às comunidades que já compreendiam os seus bens culturais como um patrimônio a ser protegido e trabalhar para que as outras, que ainda não tinham essa compreensão, passassem a incorporá-la. Ao definir a nova proposta que o IPHAN deveria ter, ele enfatizou:

A ação que vamos procurar empreender é tentar fazer com que as comunidades, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientizem de sua ambiência cultural. Isto é, temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. (MAGALHÃES, 1997, p. 188-189).

No período da gestão de Aloísio Magalhães o IPHAN priorizou, ações sobre o patrimônio arquitetônico e urbano que levassem à sua apropriação como parte do cotidiano dos moradores. Foram promovidos sete seminários em centros históricos tombados, que contaram com os poderes locais e com a participação das comunidades. Pretendia-se iniciar um processo de gestão participativa, possível somente a partir da apropriação dos bens como referência de uma cultura própria dos moradores e usuários das localidades.

Ilustra a ideia de referência cultural no que diz respeito à preservação do patrimônio de natureza material, o episódio relatado por Aloísio Magalhães sobre a cidade de Triunfo, em Pernambuco. Ao fotografar Triunfo, uma moradora, desconhecida, se dirigiu a ele e sugeriu o local onde a vista era mais bonita e, em seguida, o levou para um tour. Ela descreveu a cidade, mostrando, além da paisagem, o colégio, o convento, o lugar onde as mulheres lavavam roupas e “toda uma forma de vida”, que “tem uma representatividade

55. As classificações “consagrado”, “não consagrado” e “novos tipos de bens” são usados por Fonseca em seu livro *Patrimônio em Processo* (1997).

imensa” (Magalhães, 1997, p. 50). Indicou com sua narrativa possibilidades de atribuição de valores de patrimônio ao sítio urbano de Triunfo. A cidade representava para ela uma forma de vida e uma determinada história – referência de memória, identidade e ação da cidadã.

A ideia de referência cultural, desenvolvida durante 10 anos, teve sua consagração na proposta do Anteprojeto Constitucional, elaborada pela comissão nomeada, em 1985, pelo Presidente da República. Tal ideia foi empregada tanto para o patrimônio de natureza imaterial quanto material, sendo finalmente, adotada no texto do Artigo 216, conforme citado anteriormente.

Para compreender as possibilidades de uso da noção de referência cultural na valorização do patrimônio de natureza material, pode-se destacar o texto de Maria Cecília Londres Fonseca (2003 [2000]) “Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio” publicado no *Dossiê Final das atividades e da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*, de 2000. Embora os trabalhos que resultaram nesse Dossiê tenham sido dedicados aos bens imateriais, com a elaboração do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e do Decreto nº. 3.551 de 2000, que instituiu o Registro do patrimônio imaterial, Fonseca aponta para a compreensão da noção de referência cultural relacionada ao sentido social da ocupação dos territórios, incluindo a história dos grupos sociais e a forma de produção das edificações e objetos.

Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas em natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (FONSECA, 2003 [2000], p. 86).

Apesar desse esforço conceitual e daqueles descritos relativos às cidades históricas tombadas e novos tombamentos na década de 1980, como Laguna e o Terreiro da Casa Branca, que já haviam exercitado abordagem semelhante àquela descrita por Fonseca, são insignificantes os exemplos de uso da ideia de referência cultural na valoração e proteção de bens materiais. Uma análise dos 43 processos de tombamento de sítios urbanos,

abertos e encerrados pelo IPHAN após a promulgação da Constituição, de 1989 a 2014,⁵⁶ mostra que 36 deles, sendo 84%, correspondem aos padrões tradicionalmente empregados pela instituição, de aferição do valor pelas características estilísticas dos imóveis que compõem os sítios.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2012) chama a atenção para essa permanência das formas consagradas de valorização do patrimônio, referindo-se a uma “prática esquizofrênica”, em que as instituições mantêm as antigas diretrizes na valorização de bens de natureza material, enquanto as novas valem, somente, para o patrimônio de natureza imaterial. Para ele:

[...] consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes constitucionais parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas, que foram constitucionalmente invertidas, continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização (MENESES, 2012, p.34).

OS SUJEITOS DA REFERÊNCIA CULTURAL

A transformação fundamental trazida pelo novo entendimento de patrimônio como referência cultural está no sentido que os bens devem ter para os sujeitos. Segundo Fonseca (2003 [2000]):

56. Foram 573 processos abertos desde a promulgação da Constituição, Desses 199 foram encerrados até o ano de 2014 e os demais estavam em estudo. Seu encerramento ocorre de duas maneiras: pelo tombamento ou pelo arquivamento. O Arquivamento ocorre por decisão dos técnicos, ou conselheiros, justificado pela inexistência de valor nacional. Entre os 199 processos encerrados no período, predominam as demandas pela preservação de bens imóveis e sítios urbanos. No caso aqui estudado foram considerados os processos de tombamento de sítios urbanos, incluindo: centros históricos, conjuntos urbanísticos, conjuntos arquitetônicos e outros tipos de espaços que se conformam nas cidades, tais como praças, largos, trechos de bairros, faixas litorâneas com pequenos assentamentos urbanos e áreas arborizadas das cidades. Com isso, chegou-se a um universo de 43 processos de tombamento de sítios urbanos, sendo 24 abertos por iniciativa de sujeitos externos ao IPHAN e 19 abertos a partir de pedidos de tombamento da própria instituição.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências fazem sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. (Fonseca, 2003 [2000], p.83)

Podemos dizer que, a partir dos anos setenta, o eixo do problema da preservação se deslocou de uma esfera eminentemente técnica, para um campo em que a negociação política tem reconhecido seu papel. (idem, p. 88).

Tal afirmação leva a uma reflexão a respeito do conceito de sujeito entre os diferentes conceitos discutidos nas ciências sociais e humanas para entendimento de fenômenos sociais, tais como: ator, agente, indivíduo, classe. Para a compreensão dos sujeitos da preservação, buscou-se apoio em Alain Touraine (1994), por seu conceito de sujeito democrático, que age por transformações. Ele apresenta os sujeitos como atores sociais, tendo como alvo entender seu papel na democracia. Para ele, tais sujeitos agem pela liberdade e por transformações em diferentes contextos e em função dos próprios contextos. Podem ser indivíduos, grupos e até instituições que se constituem em atores a partir das ações que promovem. Não são, assim, fixos, como não são fixas as suas ações. Os sujeitos emergem dependendo do momento, das necessidades e das condições de atuação. Nesse caso, a compreensão dos sujeitos, suas demandas e representações também são construções, que são elaboradas em função de interesses específicos. Para os trabalhos sobre fenômenos humanos, os sujeitos ou grupos de sujeitos considerados como atores sociais devem ser identificados pelo pesquisador, fato que não é neutro, como chama a atenção Touraine:

O sociólogo, assim como o historiador, busca compreender os atores, suas escolhas e suas representações. Seu julgamento é, portanto, largamente revestido de julgamentos de valor, mesmo quando eles devem ser avaliados objetivamente, desconfiando de toda conjectura ideológica (Touraine, 2011, p. 11).

Desse modo, entende-se que os sujeitos são constituídos como tal pelos pesquisadores. No caso do trabalho aqui desenvolvido, são considerados sujeitos aqueles indivíduos ou grupos que se posicionaram diante dos valores que atribuem aos sítios urbanos, como os moradores da Maré, abordados adiante, e também as instituições que atuam no campo da preservação.

Diante do objetivo do presente texto, de pensar nos usos sociais do patrimônio urbano, é importante considerar os múltiplos sujeitos que interagem nos sítios e com estes. Isso porque as cidades acumulam tradições e experiências e são espaços onde ocorrem disputas econômicas, financeiras e simbólicas, envolvendo também a preservação do patrimônio cultural e diferentes visões do que seja patrimônio. A apreensão dos sítios como bem cultural também pode se dar em diferentes escalas: do sujeito local, que vivencia o cotidiano; do sujeito da cidade, que pode interagir com o sítio urbano mesmo que mantendo certo distanciamento, considerando-o como paisagem de referência de sua história; do sujeito nacional, que apreende a cidade como parte de sua referência cultural, independentemente de sua presença física, como parte de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989).

Os sujeitos institucionais, por sua vez, têm como competência e dever a construção de valores de patrimônio nas várias instâncias governamentais, podendo ser municipais, estaduais, locais e mundiais. São instâncias onde são decididos trabalhos urbanísticos ou relacionados à memória e à identidade, fazendo uso de um “saber especializado”. Sujeitos que na perspectiva do patrimônio como referência cultural devem ouvir demandas e considerar a construção de valores feitos pelos “leigos”, a partir de suas vivências e sentimentos. São diversos sujeitos envolvidos na apropriação do patrimônio urbano como referência cultural, sendo pertinente tecer algumas considerações sobre a participação dos diferentes sujeitos na atribuição de valor aos bens.

DIFERENTES ABORDAGENS NA CONSTRUÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Usando Boaventura de Souza Santos; Maria Paula de Meneses; João Arriscado Nunes (2005), pode-se pensar a partir do diálogo entre o “saber leigo” e o “saber especializado ou técnico” (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 77) como caminho para a construção do valor do patrimônio. Trata-se de formas de construção de referências culturais: a dos usuários das

idades e a dos especialistas e técnicos. De “um diálogo entre as formas de conhecimento e de saber que permita a emergência de ecologias de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimento”. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 24).

Embora o texto dos autores acima citados aborde uma escala mundial, pode orientar uma política que considere as diferenças a escala urbana, para o estabelecimento de uma “mobilização solidária para além do que separa os diferentes grupos e coletivos sociais. Tal política passa pela aposta num multiculturalismo progressista que saiba reconhecer as diferenças culturais e de conhecimento, e costurar de modo democrático as hierarquias entre elas” (idem).

No caso das cidades pode-se entender que se trata da construção de diferentes formas de leitura dos sítios, que resultam em conhecimentos que devem ou podem ser considerados na construção de valor de patrimônio. É possível considerar a relação que se estabelece entre os diversos moradores de determinada área urbana e entre esses e os sujeitos que têm o dever de implantar as políticas de patrimônio. Essa troca tem potencial para provocar o que Santos entende como sendo um “diálogo entre as formas de conhecimento e de saber” (2000, p. 52).

A abertura a uma pluralidade de modos de conhecimento e a novas formas de relacionamento entre estes e a ciência tem sido conduzida com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos é mais desigual e violento (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005, p. 53).

Será sempre delicada e complexa a aproximação entre os dois tipos de abordagem das cidades, tanto no atendimento de demandas sociais pela preservação, quanto no protagonismo que pode ser assumido pelos técnicos especialistas na definição de novas possibilidades de preservação. Mas hoje é dever desses técnicos especialistas, diante da noção de patrimônio como referência cultural, buscar um diálogo entre as formas de conhecimento e mais do que isto, construir o valor de patrimônio reconhecendo as diferenças e especificidades culturais que constituem as cidades.

O COMPLEXO DA MARÉ

Tomando como exemplo um conjunto de favelas no Rio de Janeiro, denominado de Complexo da Maré, é possível discutir a produção de conhecimentos por sujeitos daquela localidade como sujeitos da ação, que independem de uma produção técnica institucional – de um saber especializado. Naquele Complexo um grupo de moradores desenvolveu, desde a década de 1980, uma experiência pioneira de construção de memória e identidade coletiva, como modo de dignificar o sítio e criar um sentimento de autoestima e pertencimento à história da cidade. Tal experiência se mostrou eficaz e se constituiu como tática, diante das estratégias sociais e do poder público de ignorar as favelas como referências de memória e identidade, considerando-as apenas como problemas e guetos da violência.⁵⁷

A partir da ação dos moradores, a Maré tornou-se assunto como lugar de uma população que foi capaz de resistir e construir um território de moradia. O trabalho de memória, com o registro das lembranças dos moradores, foi consolidado com a criação da Rede Memória da Maré e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm, em 1997. O Centro abriga a documentação dos registros de memórias da população no Arquivo Dona Orosina, nome que homenageia personagem considerada a primeira moradora do Complexo. Em 2005, o trabalho de Memória da Maré ganhou o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, que reconhece trabalhos brasileiros exemplares na área de patrimônio. Em 2006, foi inaugurado o Museu da Maré, instalado em antigo galpão situado no Complexo, contando com doações de objetos dos moradores, com recursos do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura do Ministério da Cultura – MinC) e com o apoio técnico do Departamento de Museus do IPHAN. O Museu da Maré mantém um bom índice de visitação e até há pouco tempo ainda contava com o apoio do MinC, como um Ponto de Cultura e com recursos ganhos por meio de editais dedicados ao apoio de ações culturais.

57. Certeau usa a tática como um conceito. Considera, a partir de uma adaptação de terminologia do exército, o uso social de *estratégias* e *táticas*. A primeira diz respeito às instituições e autoridades e a segunda às pessoas comuns, sendo resultado das necessidades cotidianas de sobrevivência.



Fotos do Google. Sem autor. 28/03/2014

Esse processo deu início a outras iniciativas de produção de conhecimentos sobre as favelas do Complexo, podendo ser destacadas as dissertações de mestrados desenvolvidas por moradores, que passam a desempenhar um duplo papel de detentores de uma vivência, de um saber leigo, e de pesquisadores especialistas. Um dos autores é o Antônio Carlos Vieira, nascido e criado no Timbau, sítio mais antigo do Complexo da Maré, formado em direito, cursou o Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Ele foi um dos criadores do movimento de construção da história e memória local na década de 1980 e foi o primeiro diretor do Museu da Maré. Em sua dissertação, *Do Engenho à Favela, do Mar ao Chão, Memórias da Construção do Espaço na Maré* (2008), aborda a luta dos moradores pela conquista do território, descrevendo os vários momentos da região, os aterros e melhoramento das palafitas e as fases de construção de conjuntos habitacionais governamentais para abrigar famílias removidas de favelas da Zona Sul e Norte do Rio de Janeiro. Sua descrição territorializa as diversas situações e momentos do desenvolvimento da Maré. Além das pesquisas em fontes documentais, trabalha com depoimentos dos moradores. Um dos aspectos importantes de suas propostas é o uso da história local para criar uma identidade entre as diferentes favelas que constituem o Complexo, independentemente das histórias individuais de cada uma e de suas características formais.

Outra dissertação, *Maré: A Invenção de um Bairro*, de Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2006), também nascida e criada na Maré, formada em história e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, discute as diferentes ações, do poder público e das ong's que atuam no local, e vê como um problema a ideia de identidade da Maré a partir da história e memória. Destaca a importância dessas memórias, mas também

as dificuldades e estigma da identidade que é construída pela violência comum que vivenciam. Em suas palavras:

As inúmeras memórias existentes na região, relacionadas a lugares, fatos e pessoas, foram revestidas de simbolismo por seus habitantes e pelos demais agentes sociais, envolvidos no processo de invenção de uma área integrada, uma única Maré. Os barracos sobre palafitas, o Projeto Rio, a CODEFAM, as associações de moradores, nomes de lideranças, ruas, praças etc., são todos lugares de memória. No entanto, por mais significativos que sejam esses lugares, eles não estão carregados de simbolismo para todas as pessoas, constituindo diferentes identidades dos diversos grupos residentes nas localidades da Maré.

Apesar da fragmentação de tais identidades, existe uma identidade coletiva em relação ao lugar, construída a partir de dois principais elementos comuns a todos os moradores: a violência e o estigma da favela. (SILVA, 2006, p. 162)

Os dois trabalhos, de Vieira e Silva, mesmo dissonantes em suas análises, estão dirigidos para a construção de memórias e identidades do Complexo da Maré. Somam-se aos demais movimentos e iniciativas que estabelecem relações entre grupos da população local, pessoas de fora que ali vão trabalhar, levando seus saberes, e o poder público. Assim, pode-se considerar esse trabalho local como uma ação bem-sucedida tanto pelo resultado interno ao Complexo na discussão de memórias e identidades, como por ter estimulado outras iniciativas de valorização das favelas, incluindo ações de musealização dos próprios sítios como é o caso do museu aberto do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo⁵⁸.

No entanto, os trabalhos na Maré, objeto de prêmio pelo IPHAN e de musealização, contando com apoio da instituição, ainda não tem o território considerado como objeto de valorização. Diante disso, cabe uma reflexão

58. Trata-se iniciativa da ONG Museu de Favela, fundada em 2008 por moradores do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. É um museu aberto, inaugurado em 2009, organizado em um circuito de vias e becos da favela, situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, nos morros situados entre os bairros de Copacabana, Ipanema e da Lagoa.

sobre a identificação de referências culturais naquele sítio urbano, fazendo uso de abordagens dos valores materiais, para além das estilísticas.

A MARÉ COMO DOCUMENTO URBANO

Como procedimento de análise de sítios urbanos como patrimônio cultural, alguns conceitos podem orientar a valorização do Complexo da Maré, como: território, paisagem e lugar, da Geografia, mas também, apropriada pelos historiadores, antropólogos, arquitetos e urbanistas; e *cidade-documento*, adaptado da disciplina da História, principalmente, por teóricos urbanistas italianos como recurso para leitura dos tecidos urbanos das cidades antigas.⁵⁹ No entanto, para efeito da reflexão aqui proposta será usado este último conceitos, adotado por técnicos do IPHAN na década de 1980, para uma maior abrangência na valorização das cidades para o tombamento, assim como novas leituras dos sítios já tombados. Entende-se que esse tipo de abordagem pode ser fio condutor para se traçar caminhos técnicos e institucionais de atribuição de valores, a partir da identificação de demandas sociais, conforme os manifestados por grupos sociais da Maré.

Em tal abordagem, devem ser considerados, além de eventuais características estilísticas, os demais aspectos da forma urbana, compreendidos como vestígios do processo de ocupação e transformação dos sítios, conforme definiu Luiz Fernando Franco, em palestra sobre inventários de sítios históricos, em 1989.

Implícita na noção de documento está a valorização de uma linguagem própria do sítio urbano - a linguagem da forma, na qual encontramos expressão e significados. Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo

59. Ver FRANCO, 1986.

de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificados, detalhes de ornamentação etc. A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo. (IPHAN, 2007, p. 146.)

Esse tipo de trabalho considera a importância das informações contidas na forma urbana, como referência dos sujeitos que a produziram e a utilizaram ao longo do tempo, assim como a relação que os sítios têm com o espaço natural que ocupam.

A ideia de *cidade-documento* apropria-se de concepções da história formulada ao longo do século XX, desde a *Escola de Annales* até a *Nova História*, tendo como referência autores como Marc Bloch (1965) e Jacques Le Goff (1984). Uma das transformações conceituais foi a noção de documento. Diferentemente da noção empregada no século XIX, quando os documentos eram vistos com a expressão de uma verdade, Le Goff refere-se à necessidade da crítica ao documento, pois este não é inócuo, sendo produto de contextos sociais, e à ideia dos documentos serem uma escolha do historiador. É o historiador que constrói seus documentos a partir de problemas e questões específicas e sempre presentes. Os documentos não necessariamente são os escritos, mas todas as coisas que possam ser lidas e interpretadas para a construção da história. Nesta perspectiva as cidades, os monumentos e os bens culturais em geral passam a ser entendidos como documentos, podendo ser lidos. (LE GOFF, 1984, p. 95-105)

No caso da Maré a *cidade-documento* pode resultar do entendimento da ocupação da região que se desenvolveu a partir da abertura da Avenida Brasil, levando em conta seus conteúdos relacionados às políticas públicas, como resultado das apropriações do espaço pelo poder público em sua política desenvolvimentista, assim como pela apropriação do espaço pelos moradores e usuários se acomodaram na área entre a Avenida e o Mar. A cidade e suas transformações ao longo do tempo, a perspectiva da modernidade e industrialização como fato histórico, a busca de empregos e melhores condições de vida, as políticas de transporte, entre outros, constituem temas que dão sentido à forma urbana local. Tal forma se configura como vestígio da ocupação, que pode ser lida para a atribuição de signifi-

cados ao sítio da Maré e, portanto, ao patrimônio cultural relativo a uma cultura urbana que ali se constituiu.

Embora a região da Maré tenha sido usada para o escoamento da produção dos engenhos de açúcar desde o século XVI, principalmente pelo Porto de Inhaúma, e tenha havido ali a presença de aldeias de pescadores, apenas na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região foi ocupada com maior intensidade, desenvolvendo-se até alcançar a sua configuração atual.



Aspecto das obras finais da duplicação da Avenida Brasil. Ao fundo o Pavilhão de Cursos da Fundação Oswaldo Cruz. DER-DF, 1958. (Fonte: COSTA, Renato da Gama-Rosa. 2006)

Avenida Brasil na década de 1960 (Fonte Internet).

A Avenida Brasil teve origem num projeto de incentivo à industrialização e à circulação de mercadorias. Dava acesso a uma grande área ainda pouco acessível, favorecendo a implantação de indústrias e viabilizando uma alternativa aos demais tipos de transporte, como os trens, os bondes, os barcos e navios e, também, às vias que interligavam outras partes da cidade. Atendia à lógica de circulação de produtos, ligando o Porto da cidade à zona de Santa Cruz, abrindo caminho para a ocupação por indústrias ao longo da via, e ainda favorecia a nova modalidade de transportes – os automóveis, caminhões etc⁶⁰.

A construção da via transformou a região atraindo empresas e trabalhadores. Embora tendo trecho importante, entre São Cristóvão e a Penha, inaugurado em 1946, a Avenida continuou em obras durante muitos anos, não somente em sua extensão, como na duplicação do trecho já inaugurado. Assim, além da ocupação industrial esperada, a própria Avenida Brasil cau-

60. Sobre os investimentos na formação de uma mentalidade rodoviarista no Brasil e a implantação de políticas de transporte por rodovias ver COSTA, 2006.

sou um processo de favelização, proveniente da mão de obra de sua construção. O Complexo da Maré se formou e desenvolveu a partir desse contexto. Segundo Vieira, de 1940 até o início da década de 1960 as principais áreas da Maré estavam ocupadas (Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque maré e Roquete Pinto). O território já havia sido conquistado por construções sobre palafitas e aterros promovidos pelos moradores.

Hoje são mais de três gerações que ocuparam e transformaram a localidade. Gerações constituídas por pessoas que foram deslocadas das favelas da Zona Sul e Norte do Rio de Janeiro, que se deslocaram da zona rural, por migrantes de diversas partes do Brasil, principalmente de Minas Gerais e do Nordeste e por cariocas nascidos ali.



Vista das palafitas da Maré. Acervo do Museu da Maré.



Aspecto da Maré (Wikipidia – Acesso em janeiro 2014)

A valoração da Maré nesse contexto deve considerar a repercussão das ações do governo no Rio de Janeiro, cidade Capital do País, onde se buscava, desde a década de 1930, construir uma imagem exemplar de um Brasil moderno. Lauro Cavalcanti, em seu livro *As preocupações do belo*, descreve o projeto de modernização do governo do Estado Novo, referindo-se às construções governamentais, cujo objetivo era criar o centro simbólico da cidade. Contextualiza esse fato, utilizando um texto oficial da *Revista do Serviço Público*, de janeiro de 1939, que diz:

[...] incumbido como é o Governo de auxiliar, fomentar e ampliar, com seus concursos, o patrimônio da arte do país, justo é que se inclua, entre outras obrigações, a de espalhar pela cidade palácios e monumentos que, pelas características arquitetônicas e artísticas, pelo aspecto grandioso que passam a apresentar, venham a servir

de exemplo às iniciativas particulares, atestem o grau de cultura do povo e estejam, enfim, à altura do renome que tenham adquirido nossas cidades como centros de civilização, de progresso e de riqueza. (1939, apud Cavalcanti, 1995, p. 35).

A Avenida Brasil pode ser vista como referência e exemplo de uma política de modernização, diretamente vinculada ao desenvolvimento do rodoviário no Brasil e à industrialização. Sua importância, desse modo, não se restringe ao que representou como empreendimento local, serviria de exemplo, mesmo que não tenha sido explicado conforme ocorreu no caso dos prédios acima referidos, para outros governos locais e para a iniciativa privada – os potenciais investidores na indústria em desenvolvimento.

Segundo Flávia Brito do Nascimento (2008), a política de industrialização foi oficializada no Rio de Janeiro com a edição do Decreto 6000, de 1937, que define as áreas suburbanas como principais zonas industriais da cidade. No entanto, ressalta que a:

[...] consolidação dessa ocupação e a viabilização da moradia/circulação ocorreram em 1946, quando foi aberta a Av. Brasil, cujo objetivo era não só deslocar as partes iniciais da Rio - Petrópolis, e da Rio - São Paulo, mas também incorporar terrenos ao tecido urbano, visando sua ocupação industrial. A Av. Brasil passou a ser ‘invasa’ por favelas atraídas pelas fábricas, o que ironicamente, muitas vezes impediu que indústrias se instalassem (Nascimento, 2008, p. 77).

A relação da Avenida com o Complexo da Maré se dá pela história interligada das duas construções nas suas origens. No caso da Maré, diante da ausência de investimentos de soluções habitacionais eficientes, o resultado foi a produção de uma cultura de sobrevivência, com a formação de um território com suas especificidades urbanas e modos de viver.

Em 1962 os investimentos públicos dentro do Complexo da Maré tiveram início, mas no primeiro momento sem relação com a qualidade de vida de que já habitava o local. Teve como objetivo a construção de um centro habitacional provisório de casas em série de madeira, Nova Holanda, para abrigar os moradores removidos de outras favelas situadas em áreas mais nobres do Rio de Janeiro. Com o tempo, sem que os moradores fossem transferidos para uma periferia mais afastada da cidade, os alojamentos

provisórios foram assumidos como definitivos. Apenas em 1982 foi construído pelo Governo Federal o primeiro conjunto habitacional de caráter definitivo para remanejamento de moradores da própria Maré – o Conjunto Esperança –, com 35 edifícios e 1.400 apartamentos. A partir daí foram vários os investimentos públicos no Complexo.

A origem descrita, os poucos investimentos em moradias e a luta pela sobrevivência, são elementos que hoje vêm afirmando sua identidade coletiva do Complexo da Maré. Tal identidade tem como base a luta pela conquista do território, por meio da construção de barracos sobre palafitas, da feitura de aterros clandestinos e da melhoria paulatina das habitações. Uma luta bem-sucedida que resultou também num processo lento e gradual de investimentos governamentais nas favelas do Complexo, em habitações populares, no apoio para melhorias nas casas e em melhorias urbanas.

O Complexo da Maré é hoje ladeado e cortado por vias que deram continuidade à política rodoviarista, com o objetivo de resolver os problemas do trânsito engarrafado e lento. Do lado oposto à Avenida Brasil está a Avenida Presidente João Goulart, conhecida como Linha Vermelha, a Avenida Bento Ribeiro Dantas, de acesso ao Fundão, e a Avenida Brigadeiro Trompowski, de acesso à Ilha do Governador cortam o Complexo no outro sentido. Nesse território, bem delimitado pelas avenidas, definido como Bairro pela prefeitura, em 1994, há ainda uma notável diferença no seu tecido urbano em função de diferentes momentos de ocupação. Convivem a cidade tradicional, mais próxima à Avenida Brasil, com as vielas das favelas, em muitos casos sem acesso de automóveis e de uso misto, no Timbau e no Sapateiro. Também convivem prédios industriais, com conjuntos projetados e organizados, de função única, em ruas com características da cidade formal, como no Conjunto Pinheiro, e as edificações que se organizam espontaneamente e estão em constante transformação, representando a estética das favelas, conforme define Paola Berenstein Jacques (2001).

São as várias Marés, mas com uma história comum de ocupação do espaço e de resistência, como referências dos grupos sociais que ali construíram seu território de sobrevivência, sendo, portanto, um território de referências de sua memória, identidades e ação, de acordo com a Constituição de 1988.

e preservação enquanto patrimônio cultural para além das já referidas que trabalham com o instrumental da museologia e da memória. Trata-se das novas possibilidades e dos novos desafios para a construção do valor de patrimônio e preservação de sítios urbanos, que vão exigir além do uso de novos conceitos, métodos de trabalho e discussões a respeito dos instrumentos legais de proteção já existentes, como o tombamento.

Observa-se, neste sentido, que desde a década de 1970 novos instrumentos legais e normativos vêm sendo criados, podendo ser exemplificados com os planos diretores das cidades, que passaram a considerar a preservação de edificações ou áreas históricas, iniciativas como as Áreas de Preservação Ambiental de Cultural – APACS – no Rio de Janeiro, e o uso de figura do entorno na sua concepção de ambiência para proteger áreas envoltórias de bens tombados isoladamente, o estatuto da cidade, entre outros. Mesmo a categoria de *lugar* estabelecida no Decreto Federal nº 3.551 de 2000, pode ser alternativa para a valorização dos sítios onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Em 2009, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº. 127 do IPHAN, que cria a Chancela da Paisagem Cultural, com o objetivo de promover a preservação de amplos territórios, contemplando ao mesmo tempo a proteção de bens de natureza material e imaterial neles contidos. Segundo Carlos Fernando Delphin, a Chancela propõe o estabelecimento de pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada “para definir normas de uso e gestão da paisagem, tendo em vista sua defesa e cuidando para que sua qualidade seja sempre melhorada” (IPHAN, 2009).⁶¹ Considera assim a dinâmica inerente às paisagens e os múltiplos sujeitos que devem estar envolvidos na preservação dessa dinâmica.

CONCLUINDO

Pode-se dizer que o complexo da Maré é um caso que ganha importância como possibilidade de se construir um novo *quadro social da memória* que oriente uma nova memória social do que seja valor de patrimônio urbano e material, podendo se tornar um exemplo, que aponte caminhos para valorizar e preservar as cidades. Um exemplo que se somaria aos esforços já

61. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2445>, acesso em Dezembro de 2013.

desenvolvidos nos trabalhos dos sujeitos que moram nas favelas de construção de memórias coletivas em museus e com a musealização de seus territórios, que vêm dignificando a história dessas localidades e ajudando a criar sentimentos de autoestima e pertencimento.

Em última análise, trata-se do uso social de sítios urbanos para a construção de memórias sociais e identidades coletivas, reivindicadas por grupos locais, como no caso da Maré, a partir do qual poderiam ser desenvolvidas contribuições técnica de atribuição de valores e indicativos de preservação, em consonância com o que determina a Constituição brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa América, 1965.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995, p. 35.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. Entre “Avenida” e “Rodovia”: a história da Avenida Brasil (1906-1954). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB-UFRJ, 2006.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final da atividade da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2003.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. “Por uma história da forma urbana. A análise de uma amostra de tecido do centro histórico de Belém”. In: *Desenho urbano: Anais do II SEDUR - Seminário sobre desenho urbano no Brasil*, 1986, p.330 a 339

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

IPHAN. Invenário Nacional de Bens Imóveis: sítios urbanos tombados. Manual de Preenchimento (reedição da versão mimiog. IPHAN, 2001). Edições do Senado Federal – Vol. 83. Brasília: Senado Federal, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Estética das favelas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 02, n. 013.08, Vitruvius, jun. 2001 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>>.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*.v.1 (Memória/história). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 94-106.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. I *Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a Estética e o Hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1964 a 1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008.

NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Merediens Klincksieck, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Claudia Rose Ribeiro da. *Maré: a Invenção de um bairro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. Coleção Economia e Política.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Da memória ao Museu: a experiência da favela da Maré. In: XII Encontro Regional de História da ANPUH, 2006, Niterói. Da memória ao Museu: a experiência da favela da Maré, 2006.

_____. *Do Engenho à Favela, do Mar ao Chão, Memórias da Construção do Espaço na Maré*. Dissertação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

_____. A história da Maré, como tudo começou... PUC RJ. S/D, disponível na Internet, https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_6.PDF